

INRC - INVENTÁRIO NACIONAL DE REFERÊNCIAS CULTURAIS FICHA DE IDENTIFICAÇÃO LOCALIDADE	CÓDIGO DA FICHA					
	PA	01	07	14	F11	01
	UF	SÍTIO	LOC.	ANO	FICHA	NO.

1. LOCALIZAÇÃO

SÍTIO	Quilombos de Oriximiná
LOCALIDADE	Território Quilombola Jamary-Último Quilombo
MUNICÍPIO / UF	Oriximiná/PA

2. FOTOS

OBS.: PARA LISTA COMPLETA DAS FOTOS INVENTARIADAS, CONSULTAR O *ANEXO 2: REGISTROS AUDIOVISUAIS*.

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: LOCALIDADE				PA	01	07	14	F11	01
------------------------------------	--	--	--	----	----	----	----	-----	----

	
Igreja de Santo Antônio no Jamary, INRC-Quilombos de Oriximiná. Nazareth, Alexandre. Oriximiná-PA, 19/04/2013.	Rosa Santos pescando no Palhal, INRC-Quilombos de Oriximiná. Nazareth, Alexandre. Oriximiná-PA, 18/04/2013.
	
Maria Rosa dos Santos e suas ervas medicinais, INRC-Quilombos de Oriximiná. Nazareth, Alexandre. Oriximiná-PA, 04/05/2013.	Edna Fernandes de Jesus na cozinha comunitária do Juquiri Grande e suas ervas medicinais, INRC-Oriximiná. Nazareth, Alexandre. Oriximiná-PA, 20/04/2013.

3. REFERÊNCIAS CULTURAIS

OBS.: PARA LISTA COMPLETA DOS BENS INVENTARIADOS, CONSULTAR O **ANEXO 3: BENS CULTURAIS INVENTARIADOS**.

SÍNTESE
De um modo geral o território quilombola Jamary-Último Quilombo, formado pelas comunidades Último Quilombo, Nova Esperança, Palhal, Juquiri Grande, Juquirizinho, Curuçá e Jamary, apresenta referências culturais comuns às demais áreas quilombolas de Oriximiná, principalmente no que tange aos ofícios, saberes e modos de fazer relacionados às formas tradicionais de ocupação da área em questão. Neste sentido, as principais referências culturais do território estão fortemente ligadas à história de resistência à escravidão e à conquista de domínio sobre as florestas e os rios na região do Alto Trombetas. Vale enfatizar, em relação a esse aspecto, que as distinções entre natureza e cultura nas formas de apropriação do território são tênues, posto que ambas as dimensões sempre estiveram entrelaçadas na trajetória de estabelecimento das comunidades quilombolas na região. É parte significativa de seu patrimônio cultural, portanto, todo o conjunto de atividades, saberes e práticas de manejo da floresta, dos rios, lagos e igarapés, de acordo com o calendário ecológico regional. Ademais, esses ambientes naturais também são marcos de valor histórico e identitário, na medida em que constituíram a condição mesma de sobrevivência e reprodução física das famílias quilombolas no território. Por outro lado a história de vida de cada morador, mais especialmente daqueles que há mais tempo se

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: LOCALIDADE	PA	01	07	14	F11	01
------------------------------------	----	----	----	----	-----	----

fixaram no território, também faz parte da história da localidade e da memória coletiva. Essas histórias e memórias, na verdade, ultrapassam os limites do Jamary-Último Quilombo e conectam-se com as trajetórias de parentes que vivem em outras localidades, como o Moura, o Alto Trombetas e a Cachoeira Porteira, por exemplo. Trata-se, efetivamente, de uma grande região que compartilha, em grande medida, as mesmas referências culturais, apesar das variações locais de um território para outro.

A seguir serão apresentadas as principais referências culturais apontadas pelos moradores do Jamary-Último Quilombo.

Celebrações

No território Jamary-Último Quilombo registram-se festas religiosas, juninas e natalinas e comemorações de datas como o Dia da Consciência Negra e o Dia das Mães – como, de praxe, ocorre nas diversas comunidades quilombolas de Oriximiná. Com relação aos festejos religiosos, as celebrações variam conforme a comunidade, já que cada uma tem seu santo padroeiro. No entanto, é costume que visitantes de todas as comunidades do território (e até mesmo de outros territórios quilombolas do município) frequentem as festas organizadas pelos vizinhos. As principais festas de santo são as seguintes: festa de Santo Antônio, no Jamary, que é especialmente considerada pelos moradores locais; festa de Nossa Senhora de Aparecida, no Último Quilombo; festa de Santa Luzia, no Palhal; festa de São Pedro, no Curuçá; festa de São Lázaro, no Juquiri-Grande; festa do Divino Espírito Santo, em Nova Esperança.

Na maioria das vezes a festa do padroeiro começa com uma procissão em terra ou com um círio fluvial durante os quais se rezam ladainhas. Esse costume é antigo, mas vem se perdendo porque já não há muitos rezadores capazes de entoar as ladainhas. No território em questão havia até recentemente dois “bons rezadores de ladainha”, segundo os moradores, mas um deles morreu meses após o trabalho de campo. Permaneceu em atividade somente o Seu Duí, que mora na comunidade Tapagem, no Alto Trombetas, e não pode, sozinho, atender a todos os pedidos das comunidades festeiras.

Os festejos prosseguem com celebrações na igreja/capela do santo e a distribuição ou venda de comidas e bebidas. Alguns entrevistados assinalaram que antigamente todas as refeições e bebidas eram distribuídas gratuitamente aos festeiros, pois os ingredientes com que eram preparadas eram doados pelos moradores e recolhidos durante ritos de esmolação – procissões de casa em casa, nas quais os devotos ofereciam em intenção ao santo animais criados em casa e produtos da roça. Deles se preparavam beijos, bebida de chocolate natural com cacau, peixes, carnes de caça e quelônios, tarubá e caxiri, cuja dieta alimentar está sendo substituída por outro tipo de alimentação, que é, geralmente, a carne de gado. Hoje em dia, porém, com as restrições imputadas às práticas produtivas tradicionais e a transformação dos modos de vida locais, cada vez menos se pode contar com a doação de alimentos para a festa, de modo que muitas refeições (à base de carne de gado e frango) e bebidas passaram a ser vendidas.

Após o serviço dos ritos religiosos e das refeições algumas comunidades realizam a chamada “festa cultural”, na qual são lembradas músicas e danças antigas como valsa, mazurca, lundum e desfeiteira, ao lado de apresentações de danças da cultura quilombola contemporânea (músicas feitas por quilombolas e danças de apelo étnico organizadas por grupos escolares, por exemplo). Para muitos comunitários, sobretudo os de mais idade, a “festa cultural” tem um significado especial, diferente das festas sociais e dançantes nas quais se executam ritmos de ampla divulgação nos meios de comunicação (forró, brega, sertanejo, entre outros). Mesmo estando profundamente modificadas em relação às festas antigas – que duravam cerca de nove dias e tinham barracões de palha chamados ramadas, onde os casais se conheciam e aproximavam para dançar “com muito respeito” – as “festas culturais” atuais de certa forma ainda revivem o passado e atualizam tradições que os quilombolas entendem como parte da trajetória histórica e cultural pela qual se fixaram na região.

Em geral, as comunidades contam com colaborações materiais da Prefeitura de Oriximiná e da empresa Mineração Rio do Norte (MRN) para realização das festas dos santos padroeiros.

Formas de expressão

Músicas de pau e corda

As principais referências apontadas pelos entrevistados quando questionados a respeito de suas formas de expressão foram as “músicas de pau e corda” (executadas com instrumentos confeccionados artesanalmente com madeiras e fibras retiradas das florestas) e as danças que as acompanhavam, as quais, antigamente, tinham lugar certo na maioria das festas sociais e religiosas do território, e que hoje estão restritas às chamadas “festas culturais”. São elas: lundu ou landu, desfeiteira, mazuca ou mazungue (corruptela de mazurca), valsa, bolero e quadrilha. Tais danças e músicas fazem parte da memória local e, hoje em dia, raramente são realizadas.

É mazuca, desfeiteira, landum, quadrilha isso que era nossas danças. A mazuca é marcado, olha a senhora agarrou a dama aí já roda pra cá assim, vai o homem bate três vezes, a mulher bate três vezes, três vezes da esquerda, três vezes da direita, daí roda, é assim. Desfeiteira a senhora agarra seu chavalheiro aí faz o verso, por que torna porque deixa, é assado é cozido, para, a senhora vai botar pra ele, parou a desfeiteira. Falaram já, tinha muita diferença, já queriam brigar, botava verso maltratando o homem, quando não era a mulher, demora tava brigando, a gente não, a gente não botava verso feio, era verso amando a pessoa, não era esculhambando. Essas danças de agora, nem que eu dançasse

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: LOCALIDADE	PA	01	07	14	F11	01
------------------------------------	----	----	----	----	-----	----

não me atrevo, agora que eu não danço mais! No lundu o cavalheiro sai, a senhora sai também, primeiro quem sai é o cavalheiro, quando não, é a dama, sua vida pra cá ele pra lá, o homem vai se defendendo até se embrulhar ali. Quadrilha tudo tem um passo, a senhora faz aquela roda né, aí o marcador vai dizendo, aí só vai fazendo o que ele marcar, paneiro na costa dobra, num sei lá mais o que, uma porção de coisa, esquerda roda. Mas o marcador marcando aí a gente já tá certo, mas eu gostava muito de dançar quadrilha, eu me oferecia quando via formarem quadrilha, eu queria com marcador. Quando era seu Dico... pode ficar certa que nós vamos dançar. Landum eu arranjo, mas não é muito bem” (Nazeazena Andrade, Curuçá, 19.04.2013).

Histórias de encantarias

As histórias de encantarias também são muito frequentes no território. Nele encontram-se vários relatos sobre encantos – lugares mágicos que geralmente ficam no fundo das águas, nos igarapés, poços e rios, dentro das florestas, em pontas de pedra, debaixo da terra – e encantados que castigam as pessoas que não respeitam esses lugares ou que não cumprem determinados preceitos e restrições – como matar filhotes de caça, deixar carne de caça apodrecer na floresta, tomar banho de rio estando menstruada (no caso das mulheres), entre outros.

Cosmo Cordeiro, morador da comunidade de Curuçá, tem muitos casos de encantarias para contar, que ilustram bem esse universo:

Encantado é uma coisa que gera da terra, da água. Quando ele aparece assim pra uma pessoa, que ele aparece, aí é só pra aquela pessoa que vê, outra pessoa não vê. Se enxerga uma pessoa e vem chamar outra pessoa pra ver, não enxerga mais. Só você que vê. Tem vez que ele assombra a pessoa, aí tem que procurar um tratamento, senão endoida, acaba morrendo, fica maluco, fica leso, fica com medo, aquele medo toda hora tá enxergando, mas só aparece pra pessoa mesmo. Às vezes tá enxergando, mas outro não enxerga, só ele que enxerga. Aí vai pela mão do benzedor pra afastar porque senão acaba levando a pessoa mesmo. Nós perdemos uma irmã ali, quando nos morávamos nesse lugar aí. Se invocou na menina até que morreu, não teve jeito. Tem várias histórias, muitos dos antigo que contam (Cosmo Cordeiro, Curuçá, 19.04.2013).

Os castigos imputados pelos encantados são frequentemente referidos como “judiaria” ou “judiação” e se manifestam na forma de doenças físicas e/ou espirituais: loucura, vômitos, desmaios, emagrecimento inexplicado, dores de cabeça, tonturas, etc. Essas doenças normalmente só se curam com a intervenção de pajés, curadores ou sacacas. Um curador bastante conhecido nessa localidade era o Seu Domingos, já falecido.

Lugares

Os lugares mais significativos para os moradores do território são aqueles onde se realizam suas principais atividades produtivas – castanhais, copaibais, rios, lagos e igarapés – e os que estão relacionados às crenças em encantarias. Neste caso, são lugares considerados misteriosos, protegidos, assombrados ou perigosos, onde os moradores frequentemente são surpreendidos por visagens e encantados. Entre os lugares encantados no território destacam-se a Ilha das Garças e a Praia das Garças.

Aí também se encontram muitos artefatos arqueológicos que os moradores chamam de “caretinhas” e, como Dona Nazeazena, atribuem aos índios: “Eu sei que era moradia de índio. Ali na ilha a gente tirava muita careta, caco de vasilha. Num ano que vieram cavar, levaram muita careta. Diz que era aldeia dos índios. Sei que tudo é só mato adentro, tudo tem caco deste rio de índio (Nazeazena, Curuçá, 19.04.2013).

Ofícios e modos de fazer

Medicina tradicional

Boa parte dos ofícios e modos de fazer tidos como referências culturais do território está relacionada ao tratamento de doenças provocadas por encantados ou fatores naturais mesmo. Embora o tratamento das primeiras exija a intervenção de agentes rituais específicos, que dominam certas práticas de caráter mágico-religioso como a benzeção, a cura das segundas é um assunto de ampla difusão em todas as comunidades. Com efeito, práticas de cura baseadas em conhecimentos tradicionais das plantas são muito frequentes em toda parte, tanto que é bastante comum observarmos nos quintais das casas grande diversidade de plantas que são usadas para fins terapêuticos.

Dona Maria Rosa, moradora da comunidade Nova Esperança, é uma das principais depositárias dos conhecimentos da medicina tradicional da região. Ela cultiva e usa plantas para diversas finalidades, inclusive nos trabalhos de parto que faz:

Minha mãe partejava. Eu comecei a ver como minha mãe fazia, aí eu me habilitei com regimento também. Negócio de remédio eu conheço porque minha função é de trabalhar em remédio caseiro, fazer remédio pra criança, adulto, fazer remédio pra uma pessoa (Maria Rosa, Nova Esperança, 04.05.2013).

Como Maria Rosa há outras mulheres que trabalham ou trabalharam como parteiras no território – Derciles, Brolina, Maria Dora, Bertude e Delfina foram as mais lembradas. O ofício de parteira, contudo, vem perdendo lugar

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: LOCALIDADE**PA****01****07****14****F11****01**

uma vez que, atualmente, a maioria das mulheres faz acompanhamento pré-natal e tem filhos na maternidade, na cidade de Oriximiná.

Outros moradores, como Sebastião Andrade, do Juquiri Grande, usam as plantas para “puxar” e “consertar”, isto é, tratar luxações, torcicolos e dores musculares em geral.

Ah! Minha mãe, ela benze, parteja, ela conserta, eu concerto também. Isso eu acho que é um dom que a gente traz, que eu não aprendi isso com ninguém não. Eu tentei ajudar as pessoas, aí foi dando certo, eu não sei como aconteceu que agora eu conheço quando está desmentido. (Sebastião Andrade, Juquiri-Grande, 20.04.2013).

Outros ofícios importantes no território estão relacionados às formas da economia agroextrativa tradicional que caracteriza o conjunto das comunidades quilombolas de Oriximiná. O mais notável entre eles é o ofício de castanheiro, que ocupa grande parte dos homens.

Ofício de castanheiro

A extração da castanha é um ofício muito antigo dos negros remanescentes dos mocambos do Alto Trombetas. O desenvolvimento desse trabalho respondeu, em grande medida, pela própria presença e sobrevivência das comunidades quilombolas até o presente. Os maiores castanhais do território ficam no Lago do Erepecu e é lá que até hoje esse ofício se desenvolve com mais vigor.

A coleta é sempre realizada no período de inverno, de janeiro e maio, e, por tradição, envolve toda a unidade doméstica na atividade, muito embora essa característica venha se alterando. No passado, normalmente, as famílias se deslocavam inteiras para os castanhais e neles se estabeleciam durante os meses de safra, em construções improvisadas com madeiras e palhas. Levavam pequenos animais de criação, caçavam e pescavam para sobreviver enquanto todos, até as crianças pequenas, se dedicavam à coleta dos ouriços caídos das castanheiras: “saía todo mundo. Quando ele [o pai] ia pro castanhal levava todos nós, não ficava nem um” (José Rocha dos Santos, Juquirizinho, 19.04.2013). Hoje em dia as crianças e as mulheres vão cada vez menos para os castanhais, pois, estando as primeiras em idade escolar, não podem perder as aulas, e as mães acabam ficando em casa para cuidar delas.

Antigamente o percurso até os castanhais era feito de canoa a remo e, dependendo da distância da comunidade de que se partia, durava até dois dias de viagem, como relembra Nazeazena, moradora do Curuçá: “Nós ia de canoa, remando, não tinha negócio de motor, nada, era remando de canoa. Aí trabalhava aqueles tempos lá. Quando terminava, entregava lá pro patrão, comprava o que tinha de comprar, embarcava na canoa e vinha embora” (Nazeazena, Curuçá, 19.04.2013).

No sistema de patronagem mencionado pela entrevistada os extratores trabalhavam para os “donos” de castanhais que se apropriaram de terras públicas e aviavam os castanheiros, adiantando-lhes ferramentas de trabalho e mantimentos para permanência na floresta durante a safra. Em troca, os coletores entregavam-lhes toda a produção a preços estipulados pelos próprios patrões. Dos valores a serem pagos os patrões descontavam os preços das mercadorias adiantadas. Como resultado da negociação os castanheiros frequentemente não tinham saldo a receber, ficando obrigados a uma nova temporada de trabalho para quitar as dívidas com os patrões.

A partir da década de 1980, com a maior organização em vista a titulação de suas terras, os quilombolas voltaram a ter livre acesso às áreas de castanhais e passaram a planejar com mais confiança o modo de explorar os recursos naturais de suas terras. Em 1990 a Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombos do Município de Oriximiná (ARQMO) e a Comissão Pró Índio de São Paulo (CPI-SP), com o apoio financeiro da Comissão Europeia e da Organização Intereclesiástica para a Cooperação ao Desenvolvimento (ICCO), estruturaram na região o projeto Manejo dos Territórios Quilombolas, que tem como ação prioritária a exploração da castanha visando os princípios da responsabilidade socioambiental. O projeto Manejo oferece aos quilombolas extrativistas uma estrutura de transporte e armazenamento da castanha que garante a qualidade do produto até o seu destino final. Muitos moradores do território Jamary-Último Quilombo participam desse projeto.

Outros ofícios extrativistas são desenvolvidos, tendo como foco a copaíba, o breu, cipós e talas.

Ofício de agricultor

Em todas as comunidades do território pratica-se a agricultura familiar com vistas à subsistência, muito embora as áreas de roçado nas áreas sobrepostas pela Reserva Biológica (Rebio) sejam significativamente reduzidas. Plantam-se vários produtos, dentre eles batata, milho, feijão e furtíferas, mas o que mais se cultiva é a mandioca, pois o seu produto final – a farinha – é indispensável na mesa dos quilombolas. A produção desse e de outros derivados da mandioca (goma, tapioca, beijus) ocorre nas casas de farinha existentes em todas as comunidades.

As casas de farinha são construções simples feitas com madeiras, sobre chão batido e cobertas de palha. Dentro delas usam-se instrumentos de trabalho tradicionais, de fabricação artesanal. Observa-se que alguns deles têm sido progressivamente substituídos por instrumentos mais modernos, mas os modos de fazer permanecem inalterados:

Antigamente, com os antigos que a gente trabalhava, no tempo dos meus pais, era feito farinha de mandioca ralada no ralo. Essa mão da gente aqui vivia acabada, tinha vez que fica quase em carne viva de tanto ralar mandioca. Abria uma lata de lugar de querosene, dividia a lata e fazia o ralo, pregava

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: LOCALIDADE	PA	01	07	14	F11	01
------------------------------------	----	----	----	----	-----	----

numa tábua. Fazia cinco seis alqueires de farinha só num ralo. Não tinha motor, não tinha “rodete”, era no ralo. Aí foi, foi, depois conseguiram o rodete. Fazia aquela roda grande, né! Dois rodavam a roda e dois metiam [a mandioca] na roda. Depois, de uns tempos pra cá inventaram o motor, aí só um já ralava a mandioca (Cosmo Cordeiro, Curuçá, 19.04.2013).

Nos trabalhos na roça e nas casas de farinha observa-se a prática de puxiruns – mutirões – que arregimentam parentes, amigos e vizinhos para o trabalho em prol de uma família que, em retribuição, oferece refeições e/ou bebidas aos seus ajudantes, além de comprometer-se em ajudá-los com trabalho do mesmo modo em uma futura ocasião. Como explica Seu José Pereira, o puxirum é uma forma de trabalho coletivo que envolve regras de dádiva e retribuição entre famílias, reforçando os laços de solidariedade entre elas: “No puxirum um convida um, convida outro para aquele dia que ele vai fazer... É assim que nós fazemos. Às vezes se junta um, se junta outro e nós fazemos. Se junta oito, nove ajudantes, aí que agente vai fazer aquele trabalho”. (José Pereira, Jamary, 19.04.2013).

Ofícios de pescador e caçador

Atividades básicas e indispensáveis para a sobrevivência das famílias locais, a caça e a pesca são praticadas cotidianamente no território Jamary-Último Quilombo. Ambas são voltadas para o autoconsumo e guardam marcas da vida comunal que as comunidades quilombolas estabeleceram ao longo da trajetória de ocupação do Alto Trombetas.

Aqui é comunitário, ninguém vive individual, um pra cá outro pra ali. Eu não dou pro seu fulano, aqui não tem disso, se eu pego uma caça é tipo um mercado, é dividido pro seu fulano, seu beltrano, um pedaço pra um, pra outro. Tem vezes, quando tá todo mundo, faz só um almoço comunitário. Quando ele chega com a caça aí, já tem gente suficiente que chegou pra cuidar naquilo. Os outros vão cuidar, partir tudinho. É dividido, é como eu digo, tem uns que mora no final da ponta da comunidade, que não deu o almoço pra todo mundo almoçar... é tirado o deles e levado pra eles, mas de qualquer maneira, se um que mate uma cutia, nós todos participamos daquilo (Cosmo Cordeiro, Curuçá, 19.04.2013).

Segundo Sebastião Andrade, morador do Juquiri Grande, os animais mais visados pelos caçadores – quase sempre homens – são: “paca, veado, porco, catitu, anta. A gente gosta de matar uma anta que dá mais, a gente mata e dá um mês que não é preciso atacar a natureza” (Sebastião, Juquiri-Grande, 20.04.2013). Os tipos de caça variam conforme a época do ano e os períodos de reprodução das espécies disponíveis.

Para a pesca o período mais favorável é o verão, quando às águas estão mais baixas e represam maiores quantidades de peixes. Nesse período o instrumento de trabalho mais utilizado é o caniço, principalmente para pegar peixes pequenos: “quando baixa mais é bom pra puxar de caniço. Peixe miúdo é bom, só é ruim do graúdo, mas peixe miúdo é bom” (Sebastião, Juquiri-Grande, 20.04.2013). Outros instrumentos de pesca são usados ao longo do ano: arpão, zagaia, malhadeira – menos usada porque os quilombolas acreditam que ela “escorraça o peixe do lugar”.

As práticas de caça e pesca estão tolhidas nas áreas abrangidas pelas Unidades de Conservação e sofrem intensa fiscalização do ICM-Bio. Contudo, mesmo com as restrições imputadas, os quilombolas ainda caçam, pescam e mantêm a tradição de dividir o alimento entre os familiares e comunitários.

Culinária tradicional

As carnes de caça e os peixes, junto da farinha de mandioca, integram a alimentação básica das famílias quilombolas e provêm da própria localidade. Complementos como arroz, macarrão, feijão são normalmente comprados em mercados de Oriximiná.

As carnes são preparadas na brasa, guisadas ou cozidas no leite da castanha. Para o preparo desse leite é preciso ralar a castanha uma a uma, geralmente em um ralador feito de um recipiente de lata. Dentre os pratos mais apreciados pelos quilombolas está o jaboti na castanha.

A castanha também entra no preparo de iguarias como mingaus, bolos, cocadas, quebra-queixos, beijos, paçocas, canjicas, bolinhos e pamonhas.

4. DESCRIÇÃO

OBS.: PARA LISTA COMPLETA DOS DOCUMENTOS ESCRITOS INVENTARIADOS, CONSULTAR O ANEXO 1: BIBLIOGRAFIA.

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: LOCALIDADE				PA	01	07	14	F11	01
------------------------------------	--	--	--	----	----	----	----	-----	----

4.1. POPULAÇÃO E LOCALIZAÇÃO*Localização e acesso*

O Território Jamarý-Último Quilombo fica no Município de Oriximiná, que integra a Microrregião de Óbidos e a Mesorregião do Baixo Amazonas, na Região Oeste do Pará. Estende-se pelas duas margens do Rio Trombetas, entre os territórios quilombolas Boa Vista e Alto Trombetas.

Com área de aproximadamente 218.044,26 hectares, compreende as comunidades Juquirizinho, Jamarý, Curuçá, Juquiri Grande, Palhal, Último Quilombo e Nova Esperança, estas duas últimas situadas no entorno do Lago do Erepecu. Duas Unidades de Conservação federais, a Reserva Biológica do Trombetas (Rebio Trombetas) e a Floresta Nacional de Saracá-Taquera, incidem em áreas de moradia e uso das comunidades integrantes do território, conforme indicações abaixo:

Comunidades sobrepostas pela Rebio: Juquirizinho, Jamarý, Juquiri Grande, Último Quilombo, Nova Esperança.

Comunidades sobrepostas pela Flona: Palhal, Jamarý, Curuçá.

O acesso à área se faz por via fluvial e, dependendo da embarcação e da comunidade de destino, leva-se de seis a dez horas de viagem a partir de Oriximiná (as comunidades do Lago do Erepecu são as mais próximas no sentido rio acima). Não há rotas regulares de barcos de linha para as comunidades do território, mas grande parte dos moradores possui embarcação (canoa, bajara, rabeta, barco) para deslocamento próprio dentro dos limites do território e entre este e as áreas quilombolas vizinhas.

O acesso à área deve ser previamente autorizado pelo ICM-Bio e é fiscalizado por esse órgão.

População

A população local é composta de pouco mais de 120 famílias que, na maioria, provêm de áreas mais altas do Rio Trombetas (em especial dos territórios Alto Trombetas e Cachoeira Porteira) ou da própria comunidade do Jamarý, considerada a mais antiga do território.

A população distribui-se em todas as faixas etárias, de zero a mais de 70 anos, havendo uma concentração maior no número de crianças e adultos jovens, como, aliás, ocorre na maioria das localidades pesquisadas.

Infraestrutura

A qualidade da infraestrutura varia consideravelmente em cada comunidade pertencente ao território. A comunidade de Curuçá, por exemplo, possui um amplo barracão comunitário construído em alvenaria e dotado de banheiros servidos por água encanada; conta ainda com uma casa de farinha comunitária e um tanque para criação de peixes, de gestão coletiva. Já a comunidade de Nova Esperança, sobreposta pela Reserva Biológica do Trombetas, tem dificuldades até para manter uma escola para as crianças da localidade, pois a presença humana não é permitida nesse tipo de Unidade de Conservação e a comunidade é proibida de fazer construções. Recentemente houve conflitos com o ICM-Bio envolvendo a construção da escola.

Em todas as comunidades a água para consumo vem diretamente do Rio Trombetas, sem tratamento, mas algumas comunidades já contam com estrutura de microssistema de abastecimento. Não há saneamento básico e os sanitários possuem buracos cavados no chão. O lixo é enterrado e queimado. A comunicação com o exterior da comunidade é feita por aparelhos de telefonia celular providos com antenas.

Educação

O território Jamarý-Último Quilombo conta atualmente com duas escolas municipais construídas em alvenaria: a escola Santo Antônio, localizada no Jamarý, e a escola Santa Maria, no Último Quilombo. Ambas oferecem apenas o ensino fundamental, com turmas multisseriadas. Contam com transporte escolar e merenda fornecida pela Prefeitura Municipal de Oriximiná.

Para cursar o nível médio os estudantes precisam se deslocar por conta própria para Porto Trombetas – caso consigam obter uma vaga no colégio da rede Pitágoras, que, embora seja mantido pela MRN para os filhos de seus funcionários, reserva algumas vagas para quilombolas de famílias cadastradas – ou para a sede de Oriximiná.

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: LOCALIDADE	PA	01	07	14	F11	01
---	-----------	-----------	-----------	-----------	------------	-----------

Saúde

A infraestrutura de saúde é muito precária, como nas demais localidades pesquisadas. O hospital mais próximo é o da cidade de Porto Trombetas, administrado pela MRN e destinado a atender os funcionários da empresa e seus dependentes. Esse hospital atende aos quilombolas em casos de emergência, mas, após os primeiros socorros, encaminha os doentes para atendimento em Oriximiná via o Sistema Único de Saúde (SUS) do Governo Federal. Somente os quilombolas cadastrados (um pequeno contingente da população local) podem contar com atendimento continuado no hospital da MRN. A mineradora mantém ainda, em parceria com a Fundação Esperança de Santarém, um projeto que presta alguns atendimentos médicos e odontológicos em comunidades do território. A prefeitura de Oriximiná mantém agentes comunitários de saúde em algumas comunidades, que realizam tão-somente abordagens e orientações de saúde preventiva.

Em casos de mal estar e doenças tidas como comuns (febre, diarreia, gripe, dores no corpo), primeiramente recorre-se a cuidados tradicionais com ervas e cascas extraídas do mato ou do quintal de casa, conforme os conhecimentos tradicionais da população local. Ritos de benzeção e puxação também são praticados para tratar de males físicos e espirituais.

Os mortos são enterrados num cemitério localizado na comunidade Último Quilombo.

Organização social e política

O território é representado pela Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombos do Alto Trombetas (ACRQCAT), que é filiada à Associação dos Remanescentes de Quilombos de Oriximiná (ARQMO).

No que tange às formas de organização na esfera do trabalho, os moradores decidem individualmente pela participação ou não em associações e sindicatos de pescadores, produtores rurais e outros, e na Cooperativa do Quilombo (CEQMO), que apoia a comercialização da produção dos castanheiros quilombolas.

Além disso, alguns moradores se organizam em grupos familiares e informais de natureza cultural ou religiosa, e ainda para a gestão de atividades produtivas de caráter coletivo como a coleta de castanha, a criação de peixes em tanques, o apoio à reprodução dos quelônios e outras.

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: LOCALIDADE	PA	01	07	14	F11	01
---	-----------	-----------	-----------	-----------	------------	-----------

4.2. PAISAGEM NATURAL E MEIO AMBIENTE

O território Jamarý-Último Quilombo abrange diversos nichos ecológicos com características de paisagem distintas, desde áreas de floresta preservada – sobretudo as áreas sobrepostas pela Rebio Trombetas e pela Flona Saracá-Taquera – até áreas intensamente antropizadas, correspondentes às zonas habitadas e cultivadas e aos centros comunitários. Essa diferenciação relaciona-se diretamente com as formas de organização socioespacial das famílias quilombolas e com os seus modos de vida e as suas práticas produtivas, que configuram o ambiente local.

Com relação às formas de ocupação, semelhantes em todas as comunidades que o integram, o território pode ser dividido em duas grandes áreas: as áreas de moradia – que se estendem nas duas margens do Rio Trombetas e nas beiras de lagos, seguindo um padrão de dispersão das residências – e as áreas de uso – mais afastadas das casas e centros comunitários, compreendendo rios, igarapés, lagos, florestas. Essa distinção corresponde a modos diferenciados do exercício de domínio sobre as terras, as águas e os demais recursos naturais aí existentes, embora o senso da coletividade esteja sempre presente na gestão de qualquer espaço, na medida em que o território como um todo é concebido como um bem comum.

Nas áreas de moradia o trabalho individual e familiar responde pela produção de bens e benfeitorias dos quais cada unidade doméstica pode gozar de forma privada. Já nas áreas de uso do território – todas aquelas que extrapolam o núcleo doméstico – o domínio é coletivo. Árvores, lagos, peixes, caças, frutos e quaisquer outros recursos naturais que venham a ser encontrados nessas áreas são considerados como propriedade coletiva, embora possam ser explorados individualmente pelos moradores para fins de subsistência. Enquanto nas áreas de moradia as decisões são mais restritas às unidades familiares, no que tange às áreas de uso os processos decisórios são públicos e empreendidos coletivamente, no âmbito da associação que representa o território.

Uma nota especial é necessária para as áreas sobrepostas pelas duas Unidades de Conservação federais que incidem no território. As comunidades Juquirizinho, Jamarý, Juquiri Grande, Último Quilombo e Nova Esperança, que têm áreas sobrepostas pela Rebio do Trombetas, vivem uma situação extremamente delicada do ponto de vista burocrático-legal, exatamente pelo fato de esta unidade de conservação ser juridicamente incompatível com a presença humana. Por um lado, os quilombolas residentes no interior da Reserva Biológica ficam descobertos pela maioria das políticas públicas de caráter infraestrutural e social, especialmente as federais, não podendo acessar os benefícios de programas governamentais como o Minha Casa Minha Vida, Luz Para Todos, Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), Bolsa Verde, entre outros. Por outro lado, estão limitados no que respeita à prática de atividades produtivas que historicamente sustentaram as comunidades negras oriundas dos mocambos do Alto Trombetas, a exemplo da agricultura familiar, da pequena criação de animais, da caça, da pesca, da captura de quelônios e do extrativismo de recursos florestais madeireiros e não madeireiros. Além dessas restrições, os moradores da localidade têm que passar pelas bases de fiscalização do ICM-Bio para entrar e sair do território (existe uma base no sentido rio acima, no lugar conhecido como Santa Rosa, e outra base a jusante do Trombetas, na entrada do Lago Erepecu), o que muito os incomoda.

Já as comunidades Palhal, Jamarý e Curuçá, que têm áreas sobrepostas pela Floresta Nacional de Saracá-Taquera, apesar de enfrentarem restrições menos severas que as anteriores – já que a Flona é compatível com a presença humana e com atividades econômicas sustentáveis –, também sofrem com a limitação de acesso a determinados recursos naturais cuja exploração é controlada no interior dessa Unidade de Conservação. Ressentem-se, por exemplo, da diminuição dos espaços disponíveis para abertura de roçados e das restrições para uso de madeira proveniente da floresta local. Porém, são atendidos por benefícios e programas de fomento governamentais, além de serem contemplados em ações de responsabilidade social da MRN.

Características gerais

A área compreendida pelo território Jamarý-Último Quilombo é representativa do bioma amazônico. Caracteriza-se pela presença de florestas de terra firme, incluindo manchas de floresta densa e de floresta inundável de igapós e de várzeas. Ocorrem também campinas e capoeiras. Todo o território apresenta alta diversidade de espécies florísticas e faunísticas, tanto nos ecossistemas terrestres quanto nos ecossistemas aquáticos.

Os solos dominantes na região são dos tipos podzólico vermelho-amarelo, com textura argilosa cascalhenta, e latossolo vermelho amarelo, com textura cascalhenta. Em geral, são solos ácidos e quimicamente pobres, que apresentam desafios para a agricultura familiar e em geral não se mostram apropriados para usos mais intensivos.

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: LOCALIDADE	PA	01	07	14	F11	01
---	-----------	-----------	-----------	-----------	------------	-----------

Os recursos hídricos mais importantes do território são o Rio Trombetas e o Lago Erepecu. O primeiro atende às necessidades básicas de sobrevivência das comunidades, fornecendo-lhes água potável e pescado, e ainda serve como principal via de deslocamento dentro do território, assim como entre este e a cidade e outros territórios quilombolas da região. O segundo é especialmente propício para a pesca e a captura de quelônios, além de dar acesso aos castanhais reconhecidos como os mais fartos da região. Outros lagos e igarapés (Santa Maria, Recreio, Tracuá, Garças, Diamante, Trindade, Capuzinho, Pedregulinho, Marciana) formados pelo Trombetas e seus tributários constituem uma ampla rede hídrica e uma unidade simbólica para as comunidades locais, fazendo desse rio o marco mais importante da paisagem do território.

Exploração de recursos ambientais

Como nas demais áreas quilombolas pesquisadas as comunidades do território Jamary-Último Quilombo desenvolvem formas tradicionais de uso dos recursos naturais dos diversos habitats que o integram: a terra firme, a várzea e as ilhas formadas dentro dos lagos e rios.

Dentre os recursos explorados o mais importante para a economia familiar é a castanha. Segundo uma liderança local, aproximadamente 80% das famílias se dedicam à extração de castanha no período da safra anual, que vai de janeiro a junho. Nesse período as famílias deixam suas casas e vão viver temporariamente nos castanhais, como é costume dos quilombolas desde os tempos originários dos mocambos. No caso das comunidades que estão dentro da Rebio Trombetas, as famílias não precisam se destacar de suas residências, pois já moram em torno dos castanhais. A castanha é comercializada por intermédio da Cooperativa dos Quilombos (CEQMO) ou diretamente pelo coletor.

O segundo recurso em ordem de importância econômica é o óleo de copaíba, que é extraído o ano todo pelos quilombolas e também é comercializado com apoio da CEQMO.

O barro é coletado no período da seca e armazenado para trabalhar o ano todo, e é a comunidade de Curuçá que mais se serve desse recurso para a produção de artesanato.

Outros recursos retirados do meio ambiente são voltados para a alimentação (açaí, pescado, caça), para a construção de casas, barcos, cercas e currais (palhas, cipós, madeiras) e para a comercialização (breu e sementes).

As comunidades Último Quilombo e Nova Esperança, desenvolvem um projeto de preservação de quelônios em parceria com o ICMBIO e a MRN, no âmbito do qual as famílias recebem apoio material em forma de cestas básicas durante 90 dias (entre a segunda quinzena de agosto e primeira quinzena de novembro) para deixarem suas casas e se transferirem para as praias do Lago do Erepecu, a fim de vigiarem a reprodução dos quelônios e impedirem a coleta de ovos.

Conflitos ambientais

A combinação entre as Unidades de Conservação e a expansão da exploração minerária no Trombetas vem afetando consideravelmente a economia das famílias quilombolas do território Jamary-Último Quilombo, e também causando impactos crescentes em suas tradições e costumes. Por um lado, conforme já se observou, as restrições ambientais impostas pelas UCs penalizam as comunidades retirando-lhes meios tradicionais de subsistência. Por outro lado, a economia minerária não só não absorve os trabalhadores locais como ainda provoca destruição e degradação ambiental nas zonas exploradas. Assim, apesar de habitarem num bioma riquíssimo em recursos naturais com alto potencial de desenvolvimento econômico, estando privados dos meios de produção da própria sobrevivência, os moradores do território veem-se cada vez mais dependentes de programas assistencialistas de caráter público e privado.

Uma das atividades atualmente ameaçadas pela expansão da mineração é a extração do óleo de copaíba, que ajuda a sustentar muitas famílias. Como explicam os moradores, a copaibeira é uma espécie nativa que leva muitos anos para se desenvolver a ponto de fornecer óleo. Concentradas no alto dos platôs em vista de serem explorados pela MRN na próxima década, as árvores dessa espécie têm os dias contados na localidade.

A exploração de outros recursos, ainda que tradicional, encontra-se atualmente condicionada pelo ICM-Bio, órgão gestor das Unidades de Conservação que incidem no território. Para a extração da castanha dentro da Rebio, por exemplo, é necessária uma autorização desse órgão para cada castanheiro: “o Ibama faz reunião com eles, tira autorização pra cada um chefe de família, dão uma folha” (Antônia Pereira, Jamary, 19.04.2013). Lamentando as privações que enfrentam hoje, os mais antigos relembram o tempo em que tinham livre acesso aos castanhais e podiam tirar a quantidade de castanha que desejassem:

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: LOCALIDADE	PA	01	07	14	F11	01
---	-----------	-----------	-----------	-----------	------------	-----------

De primeiro era melhor. Se você comprasse uma despesa fiado de manhã, de tarde você tinha como pagar. Juntava a castanha lá. Agora o Ibama, eles não deixam mais ninguém passar. Se não der o nome pra eles lá adiantado, eles não deixam entrar. E se entrar, levar uma espingarda, eles tomam. De primeiro ia gente pro castanhal, levava cachorro, galinha, tinha gente que levava até porco, fazia sua barraca, botava lá, trabalhava tranquilo até o tempo que a castanha fracassasse. Eles juntavam o troço deles e iam embora pra casa deles. Hoje em dia acabou (Nazeazena Andrade, Curuçá, 19.04.2013).

Reclamações sobre esse e outros tipos de controle imputados pelo ICM-Bio são comuns. Uma das mais frequentes diz respeito à fiscalização realizada pelo órgão em duas bases fluviais instaladas a montante e a jusante do Rio Trombetas, na entrada e na saída do território, onde os moradores devem encostar suas embarcações para identificação de passageiros e eventual revista. Além de se sentirem aviltados e tolhidos do direito de ir e vir “dentro da própria casa” – que é como compreendem a extensão do Trombetas ocupada por comunidades quilombolas – os moradores se queixam de que esse tipo de controle não elimina o problema maior dos invasores que vêm pescar, caçar e retirar madeira do território.

Segundo os quilombolas, o Lago Erepecu é especialmente assediado por pescadores e extratores clandestinos, que exploram os recursos naturais do lugar para os venderem ilegalmente em Oriximiná. Eles mesmos, porém, têm dificuldades para comercializar seus produtos agrícolas porque o ICM-Bio refreia a entrada de regatões no território para fazer transações econômicas.

4.3. MARCOS EDIFICADOS

O território Jamarý-Último Quilombo é consideravelmente mais rico em marcos naturais (lagos, igarapés, florestas) que em marcos edificados. Estes últimos são pouco numerosos e significativos para a população local, e ocorrem exclusivamente nas áreas de moradia da comunidade. Destacam-se entre eles as próprias residências das famílias, com uma diferença notável entre aquelas que se situam dentro da Rebio e aquelas que estão na área da Flona: as primeiras, onde há restrições severíssimas à presença humana, são feitas de madeira e palha; as segundas têm sido substituídas progressivamente por construções de alvenaria, embora persistam muitas casas de madeira e cobertura de telhas tipo Brasilit ou de cerâmica.

Edificações que sobressaem em cada comunidade são os barracões comunitários, igrejas e os barracões de festa, além das escolas existentes no território.

5. FORMAÇÃO HISTÓRICA

OBS.: PARA LISTA COMPLETA DAS FONTES INVENTARIADAS, CONSULTAR O **ANEXO 1: BIBLIOGRAFIA**.

5.1. RESUMO

A formação histórica das comunidades que atualmente integram o território Jamarý-Último Quilombo é semelhante à de outras comunidades quilombolas que se originaram dos mocambos instalados no alto curso encachoeirado do Rio Trombetas por negros fugidos da escravidão no século XIX, os quais, após a abolição da escravidão em 1888, vieram se estabelecer em zonas mais baixas do rio, mais próximas às cidades com as quais mantinham relações comerciais. Assim se deu a formação do território Jamarý-Último Quilombo, a partir do descenso dos quilombolas dos altos das cachoeiras para as chamadas “águas mansas”, em busca de melhores meios de vida.

O meu pai contava que minha avó dizia que eles vieram do Curuçá de Alenquer. Eles vieram corridos do tempo dá escravidão, aí eles passaram direto pra cachoeira, pra lá foi o pai a mãe da minha mãe, avó minha, todos se esconderam pra lá. Eu ainda vi minha avó contar que, olha eles iam de lá dessa paragem que eu tô dizendo, da cachoeira, uma tal de Campiche, eles iam pra Óbidos fazer compras. Eles iam de canoa, que não existia motor. Quando eles escutavam zoadas de motor, eles se escondiam, assim eles iam. Andavam mais de noite do que de dia. Eles iam assim, voltavam assim (Antônia Pereira,

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: LOCALIDADE	PA	01	07	14	F11	01
---	-----------	-----------	-----------	-----------	------------	-----------

19.04.2013).

As memórias de Dona Antônia Pereira, moradora do Jamary, são corroboradas pelas de Seu Máximo Cordeiro, do Curuçá, que atribui a liberdade à Princesa Isabel:

Meu começo de família veio da escravidão. A minha avó, ela contava que veio nascer aqui pro Campiche, lá pro Juruna, pra lá ela nasceu, que o pai dela vieram fugido. Uma hora dessa eles estavam no mato com a canoa tudo alagado, tudo no fundo. Eles só andavam de noite, só iam ter alívio quando eles pegavam a cachoeira que o branco não sabia ir pra cá. Agora eles já sabem, mas naquele tempo eles eram mais atrasados. Pra lá minha vó foi nascer, mãe da minha mãe, depois de ter a liberdade. Abriu a liberdade, o preto teve valor, que naquele tempo o preto não tinha nome de gente. O freguês ia buscar o preto na África pra ir vender aqui no Brasil. Um bicho qualquer chegava aqui, tava capinando pra aí... era, minha senhora, naquele tempo, era como chamavam: "os pretos". Chamavam pros donos deles, meu senhor e minha senhora. Mas o que ele se agradava mais: me vende esse preto? Quanto você quer nele? Eu quero tanto. Pegava o dinheiro e metia no bolso. Toma aí. Você me chamava: Fulano, vem cá, olha, arruma teus troços, redinha, que tu já vai com esse homem. Já ia, já tava vendido. Mas depois a princesa se compadeceu. O pai dela largou, ela foi pro outro canto e ela ficou tomando conta dessa gente aí, ela se compadeceu em ver os pretos trabalharem. Abriu a liberdade. Quando ele chegou, ela já tinha aberto a liberdade e não podia mais colocar mais. Preto tinha medo de branco, quando ele via o branco. Agora não, o preto não tem mais medo de branco, mas naquele tempo.... (Máximo Cordeiro, Curuçá, 19.04.2013).

Os núcleos de povoamento estabelecidos pelos remanescentes dos mocambos do Alto Trombetas permaneceram sem identificação e delimitação formal como comunidades até a década de 1980: "tinha só um grupo e não era reconhecido como comunidade", como explica Sebastião Andrade, do Juquiri-Grande. Foi só após a Constituição Federal de 1988 e a promulgação do direito das comunidades remanescentes dos quilombos terem reconhecida a propriedade das terras por elas tradicionalmente ocupadas, que os agrupamentos negros do Trombetas passaram a se mobilizar para a identificação e a delimitação das áreas ocupadas, com apoio intensivo da Igreja Católica, as mesmo tempo em que passaram a acionar categorias de autorreconhecimento como comunidades. Nessa época, a organização política dos moradores mostrava-se fundamental para o enfrentamento dos prejuízos imputados pela implantação de projetos minerários – a partir da instalação da MRN – e da criação das Unidades de Conservação federais na região, as quais, por sua vez, ensejaram a instalação de postos de fiscalização na localidade – primeiro, geridos pelo Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), depois pelo Ibama e pelo ICM-Bio.

Com efeito, encurralados entre a degradação ocasionada pela mineração e a preservação praticada pelo Estado, os moradores viram diminuir progressivamente a disponibilidade de recursos naturais indispensáveis à sua sobrevivência. Esse fator contribuiu decisivamente para a organização comunitária em bases formais, muito embora já houvesse entre os remanescentes dos mocambos o sentido de comunidade e inúmeras práticas de solidariedade. A formalização das comunidades foi marcada pela construção de igrejas, escolas e centros comunitários onde os moradores passaram a cultivar práticas de encontros e discussões coletivas sobre os problemas por eles enfrentados.

No bojo do processo de organização coletiva, que se estende até o presente, os moradores se juntaram não só em comunidades formais, mas também em associações para buscarem a titulação das terras que ocupam. Foi nesse contexto que o território Jamary-Último foi concebido, designado pelos nomes das suas duas comunidades mais antigas e formalmente proposto ao Incra (em processo aberto em 2004) para demarcação e titulação da área que engloba suas sete comunidades.

5.2. CRONOLOGIA

DATA	EVENTO
Século XIX	Formação dos mocambos do Alto Trombetas, durante a segunda metade do século, seguida do descenso dos mocambeiros do alto das cachoeiras para as zonas mais baixas dos rios já no final do século, sobretudo após a abolição da escravidão em 1888.
Década de 1970	Instalação da empresa Mineração Rio do Norte no município de Oriximiná, mais especificamente na cidade-enclave de Porto Trombetas.
1979	Criação da Reserva Biológica do Rio Trombetas
1985	Instalação de postos de fiscalização do IBDF na entrada e na saída do território Jamary-Último

	Quilombo
1989	Fundação da Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombos do Município de Oriximiná
1989	Fundação da Associação dos Remanescentes de Quilombos de Oriximiná – ARQMO
1989	Criação da Floresta Nacional Saracá-Taquera
2004	Abertura do processo nº 54100.002185/2004-20, visando à regularização fundiária do território Jamary-Último Quilombo junto ao INCRA
2013	Finalização do Relatório Antropológico que integra o Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID) ensejado pelo processo nº 54100.002185/2004-20

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: LOCALIDADE	PA	01	07	14	F11	01
---	-----------	-----------	-----------	-----------	------------	-----------

7. LEGISLAÇÃO

INSTRUMENTOS DE PROTEÇÃO AMBIENTAL E PATRIMONIAL E DE PLANEJAMENTO
Aqui serão apresentados apenas os instrumentos que incidem destacadamente na localidade em questão. Na Ficha de Identificação de Sítio são mencionados todos os instrumentos que incidem em comunidades quilombolas de um modo mais geral, em âmbito regional e federal. 1. Constituição da República Federativa do Brasil 1988, em especial o Art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, que dispõe sobre o direito de propriedade das comunidades remanescentes quilombolas sobre as terras que ocupam tradicionalmente; 2. Decreto nº 4887, de 20 de novembro de 2003, que regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias; 3. Decreto nº 84.018 de 21 de setembro de 1979 que cria a Reserva Biológica do rio Trombetas e dá outras providências; 4. Decreto 98.704 de 27 de dezembro de 1989 que Cria a Floresta Nacional de Saracá – Taquera; 5. Lei n. 9.985/2000 que estabelece o Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC.

8. AVALIAÇÃO E PERSPECTIVAS

8.1. PROBLEMAS E POSSIBILIDADES
As comunidades do território Jamary-Último Quilombo têm sido crescentemente afetadas pelas restrições impostas pela atividade minerária, de um lado, e pelas Unidades de Conservação federais, de outro lado. A maioria das queixas, nesse aspecto, refere-se às privações por que passam os moradores impedidos de roçar, pescar, caçar e extrair recursos naturais em certas áreas, estando desprovidos de outras fontes de renda suficientes para o sustento das famílias. Afastados dos meios de produção do próprio sustento, em alguns casos, e dependentes de políticas compensatórias e assistencialistas realizadas pela MRN ou pelo Governo Federal, esses moradores assistem à transformação cada vez mais acelerada dos seus modos de vida tradicionais. No entanto, não estão passivos diante dos problemas e vêm lutando, por intermédio das organizações quilombolas, pela manutenção das práticas que herdaram dos antepassados dentro do território que esperam gerir autonomamente após a titulação.
8.2. RECOMENDAÇÕES
Qualquer ação ou política voltada para o patrimônio cultural da localidade deve levar em consideração a necessidade urgente de demarcação e titulação do território quilombola do Jamary-Último Quilombo, condição básica para a efetivação dos direitos territoriais, socioambientais e culturais de seus moradores. No que tange ao patrimônio cultural de natureza imaterial, recomenda-se especial atenção para a realização de ações de pesquisa mais aprofundada, registro, difusão e fomento das principais formas de expressão tradicionais identificadas no território, especialmente as músicas e as danças associadas às festas mais antigas da localidade. O trabalho de pesquisa, nesse sentido, deveria focar o quanto antes indivíduos que ainda são capazes de rememorar executar ladainhas, músicas de pau e corda e danças antigas, a fim de se proceder ao registro de suas memórias e seus ensinamentos. Ainda com relação às formas de expressão tradicionais da localidade, valeria a pena considerar a demanda de participantes das oficinas do INRC no que tange à produção de um livro de histórias de encantarias para uso nas escolas locais. No que tange aos ofícios, seriam urgentes ações de valorização dos saberes tradicionais relacionados ao cultivo e aos usos de espécies vegetais para fins medicinais, alimentícios e econômicos (no caso do óleo de copaíba, por exemplo). Muitas espécies e formas de uso dos recursos vegetais são conhecidas, e esse conhecimento acumulado pelos moradores tem sido crescentemente cobiçado por empresas. Por fim, recomenda-se a realização de pesquisas sobre o patrimônio arqueológico da localidade, que parece ser bastante rico.

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: LOCALIDADE	PA	01	07	14	F11	01
---	-----------	-----------	-----------	-----------	------------	-----------

9. DOCUMENTOS ANEXADOS**OBS.: VER ANEXO 1: BIBLIOGRAFIA**

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: LOCALIDADE	PA	01	07	14	F11	01
------------------------------------	----	----	----	----	-----	----

ANEXO 3: BENS CULTURAIS INVENTARIADOS	1 - Festa “cultural” 10 - Festa de Santa Luzia 11 - Festa de Santo Antônio 12 - Festa de Santo Expedito 21 - Festa de São Lázaro 22 - Festa de São Pedro 26 - Festa do Divino Espírito Santo 28 - Festas da Consciência Negra 29 - Festas Juninas 34 - Casa de farinha 38 - Igreja de Santo Antônio 42 - Igreja de São Lázaro 45 - Paiol de castanha 46 – Carimbó 53 – Desfeiteira 57 - Histórias de encantarias 58 - Histórias do tempo do pega-pega 59 – Ladainhas 60 – Lundu 62 – Mazurca 63 - Músicas de pau e corda (usa-se também a expressão “festa de pau e corda”) 65 – Quadrilha 66 – Valsa 78 - Ilha das Garças 90 - Praia das Garças 97 - Sítios arqueológicos 100 - Artesanato de barro 105 - Artesanato de talas, palhas e cipós 106 - Culinária tradicional 107 - Extrativismo de pau-rosa 108 - Medicina tradicional 111 - Modo de fazer beiju-cica 114 - Modo de fazer farinha de mandioca 118 - Modo de fazer tapioca 120 - Ofício de agricultor 121 - Ofício de benzedor/benzedeira e puxador/puxadeira 122 - Ofício de caçador 123 - Ofício de castanheiro 124 - Ofício de coletor de açaí 125 - Ofício de copaibeiro 126 - Ofício de gateiro 128 - Ofício de parteira 129 - Ofício de pescador 130 - Puxirum 131 – Técnicas de construção tradicionais
--	--

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: LOCALIDADE	PA	01	07	14	F11	01
---	-----------	-----------	-----------	-----------	------------	-----------

ANEXO 4: CONTATOS	07 - Antônia Pereira dos Santos 09 - Antônio Dorão de Souza 24 – Cosmo Cordeiro Salgado 39 - Elzanira Gonçalves Santos 61 - José Pereira da Rocha 62 - José Rocha dos Santos Sousa 67 - José Adomiro Castro dos Santos 71 - Lusia Clemente do Santos 72 - Manoel Carvalho dos Santos 74 - Manoel Fernandes Régis 83 - Maria da Silva Salgado 85 - Maria de Nazaré Valério dos Santos 87 - Maria Florecy Pereira de Jesus 96 - Maria Rosa dos Santos 120 - Sebastiana da Silva Ribeiro 102 - Maria Raimunda Nazeazena Andrade 124 - Vicente Vieira dos Santos 128 – Socó
FICHAS DE IDENTIFICAÇÃO DE BENS	

10. IDENTIFICAÇÃO DA FICHA

PESQUISADOR(ES)	Elielma Pires de Jesus, Ádria Fabíola Pinheiro		
SUPERVISOR	Ricardo Nei de Araújo		
REDATOR	Ádria Fabíola Pinheiro	Data 16/02/2014	
RESPONSÁVEL PELO INVENTÁRIO	Luciana Gonçalves de Carvalho		